

Dura poderá ficar além de 2021

Ministra foi à Guarda reunir-se com trabalhadores e prometeu minimizar impacto dos despedimentos



Ana Mendes Godinho à entrada para a reunião com alguns trabalhadores da Dura

Madalena Ferreira
locais@jn.pt

DESPEDIMENTOS A ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social garantiu ontem na Guarda que o Governo “vai tentar minimizar ao máximo o impacto que possa resultar da redução de produção” na fábrica que vai a despedir mais de um terço dos trabalhadores. Ana Mendes Godinho reuniu com a Comissão de trabalhadores da multinacional Dura, sediada no concelho da Guarda, depois que foi anunciada a dispensa de 66 dos 157 operários da fábrica.

“O cenário que tínhamos na Dura há cerca de três meses era de fecho total e conseguimos, graças a um trabalho muito colaborativo entre a empresa, a comissão de trabalhadores e o Governo, a manutenção da fábrica”, disse ainda a ministra, que acredita na presença da empresa para lá dos dois anos anunciados na semana passada pela Comissão de trabalhadores.

“A empresa está a tentar garantir outros projetos”, acrescentou Ana Mendes Godinho, que além do deputado Santinho Pacheco, con-

tou ainda com a presença da nova secretaria de estado da Ação Social (ler caixa).

INDEMNIZAÇÕES

No final do encontro de trabalho, o primeiro da deputada eleita pelo distrito que subiu a ministra, realizado na Guarda, o porta-voz dos trabalhadores da multinacional afirmou-se mais satisfeito.

“A reunião foi proveitosa”, disse Paulo Ferreira, agradecido pelo primeiro ato público da ministra se relacionar com o futuro de uma empresa-âncora, numa das franjas do concelho. “O nosso primeiro objetivo é conseguir minimizar o número de pessoas que vão ser despedidas”, afirmou.

Em cima da mesa está o valor das indemnizações, sendo que no último plenário de trabalhadores ficou decidido que a Comissão iria bater-se com a administração para que venham a ser atribuídos dois meses de indemnização por cada ano de antiguidade.

Amanhã, haverá um novo plenário para dar conta do conteúdo da reunião com a ministra para decidir da continuidade ou não dos atuais dirigentes. ●

PROPOSTA

Secretaria de Estado da Ação Social na Guarda

A recém-criada Secretaria de Estado da Ação Social vai ficar sediada na Guarda, no edifício do ex-Governo Civil. É uma das novidades da legislatura que agora começou e que vingou por proposta da atual ministra do Trabalho, Ana Mendes Godinho, que é natural de Vila Nova de Foz Côa e que, nas eleições legislativas de 6 de outubro, encabeçou a lista de deputados socialistas pelo círculo eleitoral da Guarda. Além da ideia, a governante também sugeriu ao primeiro-ministro António Costa que o lugar fosse assegurado pela socialista Rita Cunha Mendes, que deixou a vice-presidência da Câmara de Aguiar da Beira para chefiar a Secretaria de Estado. Rita Mendes participou, aliás, na reunião com a Comissão de trabalhadores da Dura.

Gestão financeira de Boticas no topo do distrito

Município obteve a melhor pontuação global do ranking que avalia as contas municipais

Sandra Borges
locais@jn.pt

VILA REAL Boticas foi, pelo quarto ano consecutivo, o município mais eficiente do distrito de Vila Real em termos de gestão financeira, no ano de 2018, segundo dados disponibilizados pelo Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, divulgado esta semana. O presidente da Câmara Municipal de Boticas, Fernando Queiroga, acredita que “a posição alcançada é reveladora da rigorosa e ponderada gestão financeira levada a cabo pela Autarquia”.

O relatório, da responsabilidade da Ordem dos Contabilistas Certificados, demonstra que Boticas obteve a melhor pontuação global, a nível distrital, ocupando a 43.ª posição do ranking geral dos municípios portugueses de pequena dimensão, num total de 186. Já a nível global, a Câmara Municipal de Boticas está classificada na lista dos 100 municípios com maior eficiência financeira.

Em paralelo, a Autarquia surge em 16.º lugar entre a totalidade dos concelhos com menor índice de dívida total. Para Fernando Queiroga, os resultados expressos no Anuário Financeiro refletem a “preocupação do Executivo” que passa por “aplicar, da melhor forma, os recursos financeiros disponíveis” e “implementar medidas ajustadas com a realidade do concelho e que vão de encontro às necessidades e anseios dos munícipes”.

A Câmara de Boticas já chegou a ocupar o 17.º lugar do ranking geral dos municípios portugueses de pequena dimensão, durante o ano de 2016.

O Anuário Financeiro faz uma monitorização da eficiência do uso dos recursos públicos dos 308 municípios portugueses, relativa ao exercício económico em cada ano. ●

FICHA

43.ª posição ocupada pela Câmara de Boticas no ranking geral dos municípios portugueses de pequena dimensão, num total de 186 autarquias.

16.º lugar entre a totalidade dos concelhos com menor índice de dívida total, segundo dados do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses.

Orçamento dá 10% para a Cultura

Plano municipal de Guimarães para 2020 é de 116 milhões

INVESTIMENTO O plano de atividades e orçamento municipal de Guimarães para 2020 é de 116,5 milhões de euros, dos quais 10% estão destinados à área cultural. É uma percentagem que reflete “forte atividade” e “distintiva”, segundo as palavras do presidente da Câmara, Domingos Bragança.

O documento foi aprovado esta semana com os votos da maioria socialista no Executivo municipal vimaranense, com abstenção da Oposição PSD/CDS. “Nós não podemos votar favoravelmente este plano porque ele continua a não tocar em estratégias que, para nós, são fundamentais. A questão da promoção do desenvolvimento económico é uma delas”, justificou Bruno Fernandes, vereador da coligação opositora.

Para Domingos Bragança, a aposta na cultura “vem de há muitos anos” e o que se está a fazer agora é “robustecer” essa marca “distintiva e atrativa para o município”.

Os mais de 11 milhões de euros destinados à área cultural destinam-se à gestão e programação de espaços como o Centro Cultural de Vila Flor ou o Centro Internacional de Artes José de Guimarães, mas também ao apoio a associações culturais e iniciativas municipais de cariz cultural.

CASO RARO NO PÚBLICO

A dotação de uma percentagem na ordem dos dois dígitos para a cultura é rara num orçamento público em Portugal. O Governo, por exemplo, reservou apenas 0,55% (cerca de 500 milhões de 91 mil milhões) do Orçamento do Estado para a área cultural, falhando o objetivo traçado de chegar a 1%.

Há dois meses, o primeiro-ministro definiu como meta chegar aos 2%. ●

DELFIN MACHADO



Autarquia está na lista das 100 mais eficientes do país